

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.252.388 - RS (2018/0040381-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : HDI SEGUROS S.A
ADVOGADOS : LUIZA CORREA MEYER PITTA PINHEIRO - RS067497
GIOVANA BLOISE SANTAROSA - RS077401
GABRIEL LOPES MOREIRA E OUTRO(S) - RS057313
AGRAVADO : CARINA LAUXEN KOSSMANN
ADVOGADOS : EVANDRO FABIO ZUCH - RS054538
GLAUCIA NICOLE PINHEIRO E OUTRO(S) - RS074822
AGRAVADO : NATHALIE BARETTA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
AGRAVADO : DELMAR NATAL BARETTA - ESPÓLIO
AGRAVADO : JOHNNY DELMIR BARETTA
AGRAVADO : NAMIR TERESINHA DA SILVA BARETTA
ADVOGADOS : MARIANA SILOTO BUENO - PR049703
ROBSON FALCHETTI - PR062802
RAFAEL BUGNO DALZUCHIO E OUTRO(S) - PR064587

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por HDI SEGUROS S.A em face da decisão acostada às fls. 940-944 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 769-790 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. RECURSO ADESIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPA EXCLUSIVA DO RÉU. DANOS MATERIAIS E MORAIS. COBERTURAS SECURITÁRIAS.

1. Nulidade da citação: não prospera a alegação de nulidade da citação por edital, quando exauridas, sem êxito, todas as diligências necessárias para localização da parte demandada, empreendidas perante órgãos públicos e privados.

2. Responsabilidade civil: o conjunto probatório aponta que DELMAR foi o responsável pela ocorrência do acidente, porquanto, depois de atingir a porção traseira de terceiro veículo, invadiu a pista de sentido contrário, colidindo frontalmente contra caminhão conduzido pelo companheiro da autora. Ademais, a despeito das alegações da parte demandada, no sentido de que teriam incidido no caso as hipóteses de excludente de responsabilidade, não é esse o entendimento que se colhe dos autos. Assim, impõe-se a sua condenação à reparação do abalo sofrido.

3. Danos morais: incontestes a ocorrência de abalo moral, em virtude do falecimento do companheiro da demandante. Verba reparatória fixada em valor equivalente a cem salários mínimos, em atenção ao previsto no artigo 944 do CC/2002 e aos precedentes desta Corte em casos similares.

3.1. Manutenção, ainda, da determinação de abatimento, do "quantum"

indenizatório, dos valores recebidos pela sucessora a título de Seguro DPVAT.

4. Lucros cessantes: não demonstrada a ocorrência de lucros cessantes, porquanto inviável a reparação pelo dano meramente hipotético, descabe fixar indenização a esse título.

5. Coberturas securitárias: a indenização por danos materiais insere-se na rubrica homônima. Indenização por danos morais que, em contrapartida, não deve ser suportada pela seguradora, em virtude de expressa cláusula de exclusão, na forma da Súmula nº 402 do STJ.

6. Ônus sucumbenciais: ônus sucumbenciais redistribuídos.

Recursos interpostos por HDI SEGUROS S/A, ESPÓLIO DE DELMAR NATAL BARETTA e NATHALIE BARETTA parcialmente providos.

Apelação interposta pela autora desprovida.

Unânime.

Nas razões de recurso especial (fls. 795-804 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou o disposto nos artigos 757, 778 e 781 do Código Civil, ao argumento de que a responsabilidade sucumbencial deveria se limitar, no caso, ao previsto na apólice de seguro. Aduz, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões às fls. 865-876 e 934-938 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por aplicação da Súmula 283/STF.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 949-955 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminutas às fls. 965-979 e 987-993 e-STJ.

É o relatório. Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. A insurgente sustenta, em síntese, que figura na demanda somente por força do contrato de seguros formalizado com o segurado, de modo que sua responsabilidade sucumbencial deveria observar o limite da apólice de seguros.

A Corte de origem assim decidiu no ponto (fls. 788-789 e-STJ):

A seguradora codemandada postula, ainda, o afastamento de sua condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais, ou, ao menos, a sua limitação aos valores inscritos na apólice.

Contudo, tais pedidos não se sustentam. Com efeito, em sendo a seguradora demandada em litisconsórcio com seu segurado, a ela incumbe arcar com os ônus sucumbenciais decorrentes do seu decaimento, nos exatos termos do artigo 20 do CPC/1973, vigente à época da prolação da sentença.

A sua responsabilidade, relativamente aos ônus sucumbenciais, no presente caso, não decorre de obrigação contratual, mas, isto sim, de haver restado vencida no curso da demanda. Logo, não seria necessário observar os limites contratualmente estabelecidos na apólice a título de danos materiais e/ou de danos corporais.

Dessa forma, vai mantida a sentença no que toca à condenação da seguradora ao pagamento de eventuais despesas e/ou honorários advocatícios. [grifou-se]

Inicialmente, imperioso registrar que a condenação das partes litigantes ao pagamento de custas e honorários se dá em observância aos princípios da sucumbência e

causalidade, segundo os quais deve ser observado quem deu causa ao ajuizamento da demanda, quem ofereceu resistência à pretensão, bem como qual(is) parte(s) decaiu(iram) em seus pedidos ou alegações.

Assim sendo, a revisão do ônus sucumbencial fixados pelas instâncias ordinárias esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, eis que seria necessária a revisão do contexto fático probatório para apurar os critérios de sucumbência e causalidade.

Neste sentido, são os seguintes precedentes ilustrativos:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MATERIAIS. FALÊNCIA. BANCO SANTOS. NULIDADE PROCESSUAL. CONEXÃO E PREVENÇÃO. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. DESCARACTERIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CÉDULA DE PRODUTO RURAL. EMISSÃO FRAUDULENTA. PARTICIPAÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA. CULPA MÍNIMA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REDUÇÃO EQUITATIVA. COMPENSAÇÃO DE VALORES. SÚMULA Nº 283/STF. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

[...]

7. Honorários advocatícios fixados conforme o critério da inevitabilidade da lide, como elemento do princípio da sucumbência, ou o princípio da causalidade, partindo-se do pressuposto de que a lide não é evitável para o réu, pois foi ele quem deu causa à existência do litígio. Precedente específico.

8. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1625823/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 10/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE DAR C/C INDENIZATÓRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DEMORA EXCESSIVA NA ENTREGA DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. DISTRIBUIÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A análise da pretensão recursal sobre a distribuição do ônus da sucumbência, aplicação do princípio da causalidade e o valor dos honorários advocatícios demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1320339/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018)

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PARCIAL PROVIMENTO. CONDENAÇÃO DA EMBARGADA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E DESPESAS PROCESSUAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONVENCIONAIS. GASTO EXTRAPROCESSUAL NÃO PREVISTO NO ART. 20 DO CPC/73. JULGAMENTO: CPC/73.

[...]

2. O propósito recursal é decidir se os honorários advocatícios contratuais devem ser incluídos no cálculo das despesas processuais, a cujo pagamento foi condenada a recorrida, com fulcro no art. 20 do CPC/73.

3. O art. 20 do CPC/73, ao tratar do custo do processo, imputou ao vencido, com base nos princípios da causalidade e da sucumbência, a responsabilidade final pelo pagamento dos gastos endoprocessuais, ou seja, aqueles necessários à formação, desenvolvimento e extinção do processo.

4. Os gastos extraprocessuais - aqueles realizados fora do processo -, ainda que assumidos em razão dele, não se incluem dentre aquelas despesas às quais faz alusão o art. 20 do CPC/73, motivo pelo qual nelas não estão contidos os honorários contratuais, convencionados entre o advogado e o seu cliente, mesmo quando este vence a demanda.

5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, desprovido.

(REsp 1571818/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 15/10/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO AFASTADA. QUITAÇÃO DO CONTRATO. NECESSIDADE DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

[...]

2. Recurso especial cuja pretensão demanda revisão de cláusulas contratuais e reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. Correta a imposição da sucumbência ao embargado, que resistiu à pretensão posta nos embargos à execução, ao final vitoriosa.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 912.882/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 27/04/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem, mediante o exame dos elementos informativos da demanda, entendeu que a instituição financeira ora agravada não deu causa ao ajuizamento da demanda, razão pela qual não deve responder pelos ônus sucumbenciais. Na hipótese dos autos, infirmar as conclusões do julgado demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 390.333/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 06/04/2016)

Registra-se, ainda, que a pretensão recursal, no caso em comento, encontra óbice, também, na Súmula 5/STJ, uma vez que seu acolhimento exigiria a análise e interpretação de cláusula contratual para verificar a possibilidade de a mesma alcançar a responsabilidade sucumbencial da seguradora.

2. Por fim, salienta-se que este Tribunal Superior entende que a incidência da Súmula 7 do STJ impede igualmente o exame do dissídio, na medida em que falta

identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa o Tribunal de origem.

Nesse sentido, confira-se: **AgRg no AREsp 786.906/SP**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 16/05/2016; **AgRg no AREsp 463.390/MT**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/03/2014.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pelo Tribunal de origem, em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

